

# GAZETA MERCANTIL

Sexta-feira, 29 de janeiro de 1968

## Por que tantos constituintes se recusam a trabalhar?

*Que  
Editorial*

Exatamente 361 dias após ter iniciado os seus trabalhos, o plenário da Assembleia Nacional Constituinte passou a votar, na última quarta-feira, o texto do preâmbulo à nova Constituição. Como esperado, houve um confronto entre os que defendem o texto proposto pela Comissão de Sistematização e aquele patrocinado pelo chamado "Centrão". Não se chegou, porém, a decisão alguma, já que nenhum dos grupos obteve a maioria absoluta de 280 votos.

As discordâncias giraram em torno da inclusão no texto da expressão "democracia direta" — em que insistiam os favoráveis ao parecer da Comissão de Sistematização —, o que abriria caminho para a consulta popular através de mecanismos como o plebiscito, o mandato de segurança coletivo, etc. De outro lado, parlamentares evangélicos que integram o "Centrão" divergiram deste quanto ao destaque que deveria ser dado, na parte preliminar da Carta Magna, à expressão "proteção de Deus".

Sem entrar no mérito desses temas, o que nos causou especial estranheza, no primeiro dia de vo-

tação da Constituição que deve reger os destinos do País no futuro, foi o número elevado de parlamentares ausentes do plenário. Como foi noticiado, 248 parlamentares votaram a favor da proposta do "Centrão", 227 contra ela e 9 se abstiveram, o que dá um total de 484 constituintes. Como os membros da Assembleia são 539, constata-se a ausência de 75 constituintes, ou seja, 13,5% do total, proporção inaceitável tendo em vista a magnitude das resoluções a tomar.

A omissão de um número tão grande de parlamentares, logo ao iniciar-se a votação da nova lei básica por que tanto anseia o povo e por que tanto se lutou, constitui um motivo de desprestígio para a instituição parlamentar, cuja imagem, diga-se de passagem, já não é das melhores entre os eleitores em geral. O que se vê na prática é que um grupo de parlamentares se nega a cumprir o mandato que lhe foi conferido, recusando-se, na realidade, a trabalhar, como deve fazer, cotidianamente, a grande massa da população.

Não se alegue em defesa do não comparecimento de 75 consti-

tuintes, na última quarta-feira, que o preâmbulo da Constituição não é importante. A esse respeito, o senador Afonso Arinos fez um importante discurso, interpretado como uma verdadeira aula, ressaltando que o preâmbulo é que irá determinar todo o comportamento constitucional, traçando as grandes diretrizes e traduzindo o espírito da Carta que se está votando.

Dados os costumes brasileiros, é possível que, dos 75 parlamentares ausentes, um bom número estivesse em Brasília e mesmo no interior dos edifícios do Congresso Nacional. A não ser que estes tivessem um reconhecido motivo de força maior, o que certamente não ocorreu na imensa maioria dos casos, a sua ausência importa em um descaso inconcebível em um país em que, aliás, se cogita adotar o sistema parlamentar de governo. A impressão que se tem é que os senadores e deputados omissos encaram a votação da Constituição como uma questão não mais que rotineira, do tipo daquelas que são resolvidas, no Brasil, pelo confortável expediente dos "votos de lideranças".

Bem a propósito, convém recordar que, nos países em que é adotado o regime parlamentarista, há um comparecimento maciço, praticamente total, dos representantes do povo, quando se trata de votações importantes, como, por exemplo, uma moção de confiança ao governo. E, nessas ocasiões, não é incomum que parlamentares de nações onde não existe a figura de suplentes façam questão de estar presentes para votar mesmo estirados em macas ou assistidos por médicos. E estamos convencidos de que a importância da votação de uma Constituição não é menor do que a permanência ou não de um gabinete no poder.

Por todos esses motivos, julgamos indispensável que o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, a cada votação, faça divulgar os nomes dos parlamentares ausentes, o que certamente terá larga divulgação na imprensa. O povo tem o direito de saber quais os constituintes que não estão realmente dispostos a representá-lo e se omitem na hora de tomar decisões em seu nome.